



VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Comemorou-se no passado dia 9 de Maio o Dia da Europa.

Longe vão os tempos em que a celebração desta data simbólica representava um momento solene de afirmação dos ideais que fundaram o pioneiro e inédito processo de integração europeia.

Este ano a data comemorou-se num dos momentos mais difíceis de toda a história da construção europeia.

A ideia de uma união pacífica e voluntária de diversos estados europeus é relativamente recente, a génese do actual processo remonta a 1945 e ao fim da II Guerra Mundial.

Coube à França a iniciativa de resolver uma preocupação geopolítica nacional centenária. Os temores franceses baseavam-se em constatações objectivas, hoje muito actuais. Uma Alemanha unida seria demasiado grande, demasiado próspera e demasiado forte para não dominar a Europa.

A França aproveitou a conjuntura política do pós conflito mundial para enquadrar o problema alemão. Visando a paz e a prosperidade na Europa, iniciou-se o processo de integração económica impulsionado pela França, seguido pelo Benelux, envolvendo a Alemanha (RFA) e com o patrocínio americano.

A França pretendia enquadrar a RFA e conter os Russos. Os americanos tinham como prioridades usar a NATO para manter os soviéticos a Leste do Reno e aproveitar a integração para reconstruir o continente e anular os partidos comunistas.

Porém, o pragmatismo degenerou em utopia.

A integração europeia assumiu, sobretudo após Maastricht, uma forte dimensão política, diminuindo a soberania de cada país face aos órgãos comunitários: a Comissão, que representa a União; o Parlamento, em representação da população e o Conselho, representando os governos dos estados membros.



A opção tomada acentuou uma tensão na construção europeia que sucessivos alargamentos e Tratados, incluindo o de Lisboa, não resolveram. A UE do futuro seria dominada pela Comissão, numa lógica mais federalista, ou pelo Conselho, num sentido mais inter-governamental?

Infelizmente, o desenrolar da crise financeira internacional de 2008 parece indicar uma solução mais estranha: a aparente preponderância de um directório informal coordenado pela maior economia europeia – algo que parece confirmar que certos padrões políticos são recorrentes pela persistência das Nações e pela permanência da geografia.

Face à maior crise financeira dos últimos 80 anos, e perante a eminência do colapso do sector financeiro europeu, a solução preconizada pelas principais potências europeias, e adoptada por toda a União, independentemente da família política do governo em funções, foi a de resgatar o sector financeiro, o coração das economias modernas, através de intervenção estatal e, em simultâneo, promover a maior expansão do investimento público dos últimos 50 anos.

A terapia seguida em 2009 resultou num crescimento brutal dos deficits públicos nacionais, em média em 6% do PIB, em paralelo com o conseqüente crescimento galopante das dívidas soberanas nacionais.

Assim, a crise financeira de 2008 provocou a adopção de um intervencionismo heterodoxo em 2009 que por sua vez gerou uma nova conjuntura de crise em 2010, desta feita uma crise fiscal e orçamental. A UE passou a ser uma preza dos especuladores que tinham como alvo a solidez do Euro enquanto símbolo da própria construção europeia.

Em 2010 a União resolveu abordar as suas incoerências financeiras internas de forma brusca e radical impondo o modelo monetarista em voga na União desde os anos 70 do Século XX.



A primeira vítima dos ataques especulativos e das incoerências da União foi a Grécia. O resgate deste país do Sul da Europa provocou a criação de um fundo de resgate europeu, não previsto no Tratado de Lisboa, e criado de forma relutante após mais de 4 meses de intenso debate na União.

A segunda vítima foi a Irlanda. O tigre celta vive hoje uma fase inicial de recuperação embora apresente ainda um grande desequilíbrio orçamental.

A terceira vítima foi Portugal. Um País que juntou a uma situação financeira muito difícil uma crise política evitável, que se viria a revelar de consequências desastrosas, confirmadas pelo suscitar de um efeito dominó que culminou com o pedido de ajuda externa.

Portugal foi um dos alunos mais aplicados ao longo dos 25 anos que conta como membro da União Europeia. O nosso País investiu, endividou-se e convergiu conforme o consenso europeu defendia e incentivava fortemente.

Porém, perante a crise das dívidas soberanas, a União, em linha com os interesses nacionais das grandes potências europeias, adoptou um ajustamento austero, sem margem para crescimento económico, quer deficits públicos, quer das dívidas dos Estados. Tratou-se de uma insensata travagem a fundo que no curto e médio prazo trará custos económicos, sociais e políticos tremendos a toda a União.

Defender em menos de ano uma viragem de investimento público maciço para a austeridade parametrizada por redução de investimento, diminuição de salários e aumento de impostos é uma imposição que deve ser permanentemente salientada no debate político interno, o que infelizmente não acontece, pelo menos da forma serena e rigorosa que se esperaria.

Mas celebrar a Europa não pode ser apenas uma avaliação fria e factual da realidade.

Celebrar a Europa, numa altura de crise e de dificuldades pode e deve ser um momento de reafirmação dos grandes desígnios da construção europeia.



Comemorar a Europa obriga também a revisitar a proclamação do idealismo, do optimismo e da visão de longo prazo que marcou os momentos fundacionais do processo de integração europeia.

O Mundo sem uma Europa unida, decidida, e actuante será mais inseguro, menos sustentável e menos democrático. A regulação da Globalização, o combate às alterações climáticas e aos desequilíbrios ambientais, a luta contra o terrorismo e contra a pobreza, a primazia da cooperação e da resolução pacífica de conflitos são, apenas, alguns exemplos de desafios globais cuja resolução será muito mais difícil, senão mesmo impossível, sem uma União Europeia unida e com relevância para ser um actor global.

A União Europeia é imprescindível para a construção de um Mundo mais equilibrado e justo, pois o projecto europeu assenta nos valores da democracia, da paz, da liberdade, da solidariedade, da tolerância e da prosperidade.

Foi essa referência civilizacional que levou a jovem República Portuguesa democrática do pós-25 de Abril a juntar-se aos grandes da Europa, em 1986.

Celebrar a Europa é, também, celebrar Portugal e a Região Autónoma dos Açores, membros de pleno direito da Europa a que sempre pertencemos geograficamente e na qual queremos continuar a influenciar a construção e a orientação, nomeadamente no que toca à defesa da RUP's no quadro de uma União com 27 Países e mais de 500 milhões de cidadãos. Um enorme desafio!

Comemorar a Europa é também perspectivar o futuro a longo prazo, para além da superação da crise actual que, certamente, a União vencerá. Um futuro difícil, complexo e com inúmeros desafios a vencer. Mas esta é também a nossa história: vencer dificuldades e ganhar desafios nos quais não podemos nem queremos nos fazer substituir.

Antes pelo contrário, é nos momentos mais difíceis e de maior incredulidade de alguns



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

que devemos honrar a construção europeia, herdeira das ideias iluministas e humanistas, referencial da paz, da solidariedade, do multilateralismo, da tolerância e da concertação entre os povos.

Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, aprova um voto de congratulação pela passagem da data de 9 de Maio de 2011, Dia da Europa.

Aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 18 de Maio de 2011.

O Presidente da Assembleia Legislativa

da Região Autónoma dos Açores

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral